

ARTIGOS LIVRES

**A INDEPENDÊNCIA
INCONCLUSA: MANOEL
BOMFIM E A FUNDAÇÃO
DE UMA TRADIÇÃO
NACIONAL-POPULAR
BRASILEIRA**

*UNFINISHED INDEPENDENCE: MANOEL
BOMFIM AND THE FOUNDATION OF A
BRAZILIAN NATIONAL-POPULAR
TRADITION*

Fabricio Pereira da Silva * 

* Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Departamento de Estudos Políticos, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: fabriciopereira31@gmail.com

RESUMO

Este artigo defende a centralidade de Manoel Bomfim na fundação de uma tradição nacional-popular brasileira. Procura fazê-lo a partir do tratamento dado pelo autor ao tema da independência, mais precisamente de seu caráter inconcluso e antinacional. Na primeira parte, o artigo aponta elementos nas principais obras de Bomfim que permitem explicitar sua visão da independência. Na segunda parte, destaca as consequências e potencialidades advindas da análise do autor, procurando defini-lo como nacional-popular. Bomfim antecipa e contribui para discussões em torno do “imperialismo”, do “subdesenvolvimento”, da “dependência” – inclusive “epistêmica”. Finalmente, na terceira parte, discute se seria possível delimitar uma “linhagem” ou “família intelectual” nacional-popular no Brasil a partir da obra de Bomfim.

Palavras-chave: Manoel Bomfim; Pensamento Político Brasileiro; Nacionalismo Popular; Libertação Nacional.

ABSTRACT

This article defends the centrality of Manoel Bomfim in the foundation of a Brazilian national-popular tradition. It does so based on the author's treatment of the theme of independence, more precisely its inconclusive and anti-national character. In the first part, the article points out elements in Bomfim's main works that make his vision of independence explicit. In the second part, it highlights the consequences and potentialities arising from the author's analysis, seeking to define it as national-popular. Bomfim anticipates and contributes to discussions on "imperialism", "underdevelopment" and "dependence" – including "epistemic" dependence. Finally, the third part discusses whether it would be possible to define a national-popular "lineage" or "intellectual family" in Brazil inaugurated by Bomfim's works.

Keywords: Manoel Bomfim; Brazilian Political Thought; Popular Nationalism; National Liberation.

INTRODUÇÃO¹

Neste artigo defendo a centralidade de Manoel Bomfim na fundação de uma tradição nacional-popular brasileira². Procuo fazê-lo a partir do tratamento dado pelo autor ao tema da independência, mais precisamente de seu caráter inconcluso e antinacional – algo recorrente em sua obra. Este esforço se insere num conjunto de reflexões em torno do Bicentenário da independência brasileira, efeméride que provoca quase inevitavelmente a retomada das análises em torno daquele processo, e (o que me parece mais interessante) sobre os usos daquele processo para projetos políticos posteriores³. Procuo apresentar a particular versão da História do Brasil desenvolvida por Bomfim (tendo por base a leitura sistemática de suas principais obras e da literatura secundária produzida sobre elas desde então), destacando em particular suas reflexões em torno da autonomia/heteronomia brasileira – o que o leva a formular a noção de uma “independência inconclusa”.

Entender a particular abordagem de Bomfim deste problema é importante para caracterizar mais precisamente a posição do autor no pensamento brasileiro e latino-americano. Bomfim geralmente é apontado nos sucessivos resgates de sua obra do esquecimento (ao qual recorrentemente parece retornar) como antecipador da crítica ao racismo e ao darwinismo social, e defensor do potencial da mestiçagem como diferencial positivo do povo brasileiro em constituição. Efetivamente seu papel nesse campo é incontestado. Porém, quero destacar aqui a dimensão nacional-popular de sua obra, que constitui provavelmente a primeira expressão desse tipo de reflexões no Brasil. Após contestar fatores raciais, climáticos e geológicos como as bases das mazelas brasileiras e centrar sua atenção em causalidades principalmente econômicas, e secundariamente sociais e políticas, Bomfim chega aonde pretende: a colonização sobreviveu de diversos modos após a independência formal, e faz-se necessária uma real independência, efetivamente popular, para a constituição do Brasil como nação autônoma.

Dado o enfoque deste artigo, a obra clássica *A América Latina: males de origem* (1905), apesar de tratada nas próximas páginas, não receberá a atenção principal. A base da argumentação será buscada prioritariamente na trilogia histórica de sua maturidade, dedicada à formação brasileira: *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1929), *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política* (1930) e *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira* (1931). É, portanto, um Bomfim “intérprete do Brasil”, em busca de sua identidade nacional (bloqueada), que receberá maior destaque nestas páginas. Ao lado de suas obras principais, recorrerei também à literatura secundária sobre Bomfim, que demonstra que o autor – como bem observa Lucia Lippi (2015) – não está mais tão “esquecido”⁴. Ou, mais

¹ “A pátria é um sentimento e é um fato; pois que nos sentimos fazer parte de um meio social, temos uma pátria, fora de qualquer pensamento exclusivista, fora de qualquer preocupação agressiva.” (Bomfim, 2008, p. 2).

² Agradeço a André Kaysel, Jorge Chaloub, Raphael Seabra e Carlos Sávio Teixeira por seus comentários, que contribuíram para a realização deste artigo.

³ Uma reflexão preliminar – desenvolvida posteriormente para dar origem a este artigo – foi provocada por minha participação no Seminário “Visões da Independência no Pensamento Político Brasileiro”, realizado no IESP/UERJ de 14 e 16 de setembro de 2022 com a organização de Paulo Henrique Cassimiro, Christian Lynch e Lidiane Rezende Vieira.

⁴ A obra de Bomfim passou longas décadas praticamente ignorada após o falecimento do autor em 1932. A partir do final dos anos 1970, começou a vivenciar alguns resgates, como por Aluizio Alves Filho (1979) e por Flora Süsskind e Roberto Ventura (1984). Darcy Ribeiro teve papel importante nesta retomada, declarando algumas vezes que teve contato com *A América Latina: males de origem* em suas pesquisas no Uruguai, durante seus anos de exílio pós-1964 – e reconhecendo-se como um sucessor de Bomfim. Ribeiro escreveu o prefácio da reedição do livro pela Editora Topbooks (1993), reedição que efetivamente iniciou sua redescoberta (posteriormente a editora reeditou outras de suas obras). O livro de Ronaldo Conde Aguiar sobre Bomfim (2000) constitui outro marco incontornável da retomada. Desde então, Bomfim passou a ser

precisamente, que ele é retomado de tempos em tempos, a partir de redescobertas com distintas intenções.

Cabe aqui uma observação preliminar. Não considero haver qualquer contradição entre aquele primeiro ensaio mais conhecido e sua trilogia final. No primeiro, Bomfim destaca os elementos que unificam as Américas portuguesa e espanhola (sintetizados na colonização ibérica e suas sobrevivências após os processos de independência), lançando mão do conceito de “América Latina” como um significante dessa herança comum. Vale recordar, um conceito produzido em boa medida a partir da Europa, em particular da França. O autor escreveu a maior parte de *A América Latina: males de origem* no período em que viveu em Paris (1902-1903), e produziu o livro como um contraponto à literatura europeia superficial e racista sobre os países “latinos” da América – literatura com a qual já tinha contato há anos, mas que certamente o irritou significativamente naquele particular contexto. Portanto, o escreveu com o intuito de contestar a visão europeia (hoje podemos afirmar “eurocêntrica”) sobre nós, de defender as nações latinas da América ou ao menos demonstrar que as razões de sua inferioridade eram outras – e geradas a partir da própria Europa que a criticava. Se como unidade éramos tratados, como unidade Bomfim nos defendia. Se formos utilizar terminologias de hoje, Bomfim denunciava então uma “razão colonial”, e apresentava a visão negativa em torno da América Latina como uma “ideologia do colonizador”, uma “justificativa colonial”.

Por outro lado, já em suas obras finais, a unidade analítica não é mais a América Latina, mas o Brasil: elas já se inserem naquele contexto de produção das “grandes interpretações do Brasil” (RICUPERO, 2007). Isso leva Bomfim a destacar suas especificidades, e a compará-lo (ora em chave positiva, ora negativa) com os vizinhos de herança hispânica. Ali o conceito de “América Latina” não adquire mais centralidade analítica, bem como outros assemelhados como “neoibéricos”, o que não significa que a existência de uma herança comum entre o Brasil e seus vizinhos tenha sido então renegada por Bomfim. Como ele mesmo afirma:

Quem leu *A América Latina* terá reconhecido que, enunciados aqueles conceitos, o mesmo critério se deveria aplicar à apreciação especial das condições próprias à formação da Nação Brasileira, e exclusivas dela: verificado o que é comum, torna-se indispensável destacar o que possa distinguir o Brasil entre os outros neoibéricos. (BOMFIM, 2014a, p. 5)⁵.

De todo modo, nessas obras finais, Bomfim explicita que considera as semelhanças entre o Brasil e os países de colonização hispânica (e entre cada um destes) menos importantes do que as diferenças. Segue eventualmente utilizando “América Latina” como expressão geográfica e epíteto a nomear aquela herança comum, mas reconhece o conceito como vago e produzido desde fora⁶, preferindo insistir nas especificidades. O trecho a seguir é explícito nesse sentido:

um daqueles autores recorrentes em obras coletivas sobre os clássicos do pensamento social e político brasileiro – como nas de Silvano Santiago (2000), de José Carlos Reis (2006), e de André Botelho e Lília Schwarcz (2009).

⁵ Note-se que um autor tão cultuado como Sergio Buarque de Holanda realizou o mesmo exercício não com um intervalo de quase três décadas, mas na mesma obra. Em *Raízes do Brasil* (2006 [1936]), o autor agrupa luso-americanos e hispano-americanos (ibéricos) para definir seu tipo ideal de “homem cordial”. Mas o faz logo em seguida à delimitação de ambos separadamente nos tipos ideais (respectivamente) do “semeador” e do “ladrilhador”.

⁶ Especialmente em *O Brasil na América*, a argumentação de Bomfim em torno da constituição do conceito de “América Latina” se assemelha às abordagens muito posteriores de Edward Said (2007) sobre a criação da ideia de Oriente pelo Ocidente, e de V. Y. Mudimbe (1988) sobre a invenção da África pelos europeus.

Expressão de tanto uso, essa América Latina deve servir, sensatamente, para designação geográfica – do grupo de nações formadas por ibéricos, num regime colonial de subordinação e dependência imediata, e que logo se degradou em parasitismo, despótico, antiprogressista. No mais, é designação nula, própria somente para a tecnologia fútil dos que, aceitando a divisão fácil do Ocidente em – *latinos, germânicos, eslavos...* voltados para este lado, concluem que deve haver uma América Latina, para contrapor-se à América Inglesa. (BOMFIM, 2014a, p. 11).

Este artigo se estrutura da seguinte forma: na primeira parte, aponto elementos nas referidas obras que permitem explicitar a visão da independência defendida por Bomfim. Na segunda parte, destaco as consequências (e potencialidades) advindas da análise do autor, procurando defini-lo como nacional-popular. Bomfim antecipa e contribui para discussões em torno do “imperialismo”, do “subdesenvolvimento”, da “dependência” – “epistêmica” inclusive. Mais do que isso: analisando o desenvolvimento brasileiro em contraposição à América Hispânica em sua trilogia da maturidade, salta aos olhos o argumento que mais tarde se desenvolveria como “colonialismo interno”. Finalmente, na terceira parte, discuto se seria possível delimitar uma “linhagem” ou “família intelectual” nacional-popular no Brasil a partir da obra de Bomfim.

UMA INDEPENDÊNCIA POR SE (RE)FAZER

Para localizar 1822 no pensamento de Bomfim, é necessário entender a efeméride como o principal contraponto da Insurreição Pernambucana (1645-1654). Na resistência à ocupação holandesa, o povo brasileiro teria se manifestado em sua plenitude, com sua identidade e caracteres principais já constituídos e explicitados. Uma posição de destaque na argumentação de Bomfim (mas não a mais importante) é conferida também à expansão territorial levada a cabo pelos bandeirantes paulistas – o que localizaria Pernambuco e São Paulo como centros da constituição da identidade brasileira. Finalmente, episódios como a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798-1799), bem como a sequência constituída pela Revolução Pernambucana (1817), pela Confederação do Equador (1824) e pela Praieira (1848-1850) também são entendidos como expressões da nacionalidade brasileira, já reprimida e buscando se reerguer.

Cabe perguntar então o que reprimiu aquela identidade que havia se constituído em meados do século XVII – e com isso se chega à Casa de Bragança e ao Estado bragantino. A restauração portuguesa retomou a trajetória independente de um Portugal combalido e parasitário, formalmente independente da Espanha, porém concretamente dependente da Inglaterra – um Portugal decadente, que tinha na colônia brasileira seu único fator de sobrevivência. Aquele país se dedicaria desde então a parasitar ao máximo o organismo brasileiro, procurando sufocar seus elementos próprios e autônomos. Desse modo, “[...] a nossa história se caracteriza, então, no contraste monstruoso e absoluto; a degradação do reino bragantino por sobre o heroísmo da Insurreição pernambucana e os ânimos indomáveis, que desvendam e conquistam todo o coração do continente” (BOMFIM, 2014a, p. 433).

Algumas vezes se considera que Bomfim entenderia a colonização portuguesa essencialmente em chave negativa, e se acusa o autor de “lusofobia”. Sobre isso caberia fazer duas observações. A primeira é que Bomfim considerava explicitamente qualquer processo colonizador como negativo, não apenas o português (ou o espanhol). Tratava-se de processo negativo tanto para o colonizado quanto para o colonizador, que tendia ao “parasitismo social” que progressivamente o degeneraria. Nesse sentido, Bomfim é claramente um autor anticolonial, e comentarei algo sobre isso na próxima seção. Se o legado colonial (e escravista) é um problema intrínseco às

ex-colônias da América, resta evidente que o problema especificamente brasileiro identificado pelo autor estava no que ele entendia como a “farsa” da independência, em contraposição às efetivas autonomizações dos EUA ou dos países hispânicos (que ele em diversas passagens apresenta como mais “avançados” do que o Brasil).

A segunda observação a ser feita é que Bomfim, em suas analogias biológicas típicas do período de sua formação intelectual (e que começavam a ser superadas à época da publicação de sua trilogia final), entendia as sociedades e os processos históricos como organismos que cumpriam ciclos vitais. Com isso, ele localiza as Grandes Navegações como o auge da nacionalidade portuguesa, projetando forças vivas e autônomas – um “parasitismo heroico”. O autor entende aquele momento de certo modo como positivo e eventualmente elogia a “plasticidade” e “espírito de aventura” do português como produtor da miscibilidade que seria a base da constituição da brasilidade (antecipando Gilberto Freyre) e que explicaria aquele florescer precoce da nacionalidade.

No entanto, o processo colonizador em si mesmo foi degenerando o corpo português, acelerando sua decadência – a era do “parasitismo sedentário”. Esse processo de degeneração se acelerou pelas características de Portugal, país pequeno, pouco populoso, voltado para fora. Pode-se resumir o argumento da seguinte forma: a colonização é um mal que degenera o colonizador, mas isso afetou mais aceleradamente o organismo português – derivando na incapacidade portuguesa de manter sua expansão asiática e na perda de autonomia para a Espanha em 1580.

Desse modo, há que se diferenciar nas reflexões de Bomfim o papel de Portugal de 1500 do de Portugal de 1654, e mais ainda de 1808. Este último representaria um marco definitivo naquele processo de decadência e degeneração, do qual derivaria 1822. 1808 já seria a “independência formal”, e 1822 uma mera separação de “dois Estados portugueses”. O Estado português, apresentado por Bomfim como parasitário, medieval, absolutista, bacharelesco, desconectado da sociedade, constituído por funcionários vis e corruptos, se estabeleceu no Brasil em 1808, e a partir dele o Estado brasileiro se constituiria diretamente, em todas as suas mazelas. Mais precisamente, o Estado brasileiro seria o Estado português continuado, não havendo solução de continuidade.

Portanto, a independência aparece na obra de Bomfim como uma derrota do povo brasileiro, de seus reais anseios e características. A identidade brasileira é definida como popular, autônoma, solidária, cordial, bondosa, democrática e republicana. 1822 constituiria a antítese de tudo isso: a vitória dos setores portugueses, elitistas, escravistas, “coimbrinos”, negreiros, assassinos de índios, monárquicos, absolutistas, medievais. Seria uma solução de compromisso entre as elites, com o apoio inglês, portanto uma solução anti-pátria e anti-povo. É notável o asco que gera em Bomfim a constatação de que a descolonização “formal” brasileira foi liderada pelos próprios colonizadores – e num momento já de absoluta degeneração desses colonizadores.

Se 1822 passou a ser entendido desde então em chave positiva e a constituir-se em fonte de comemorações, isso se daria pela imposição de uma historiografia a serviço do braganatismo, a qual Bomfim combatia insistentemente. Daí sua dedicação a contestar veementemente as obras históricas de Francisco Adolfo de Varnhagen e de João Manuel Pereira da Silva, às quais contrapunha o que entendia como antecipações de uma legítima e veraz historiografia nacional: o Frei Vicente do Salvador, Robert Southey e Capistrano de Abreu. Bomfim procurava construir o que afirmava ser a história “real” do Brasil. Porém, é evidente que nosso autor estava em busca

efetivamente de uma narrativa alternativa. Assim como seus desafetos, ele buscava mitos fundadores – ainda que alternativos aos oficiais.

Nessa busca se insere também sua tentativa de desmistificar a forma como se deu a independência como um fator garantidor de unidade:

[...] a independência de 1822, longe de ser benéfica à unidade nacional, foi um motivo de divisão da nação brasileira, ao mesmo tempo que eram suplantados os verdadeiros apóstolos da emancipação do país, na realização de um regime livre. [...] a independência foi, finalmente, aquele embuste que nos obrigou a refazê-la, já agora em penosas complicações internas, e nos levará de novo a refazê-la, pois o verdadeiro obstáculo contra ela é essa infecção de que ainda sofremos. (BOMFIM, 2013, p. 156-157).

Desse modo, o pós-independência seria apresentado por Bomfim como uma sucessão de tentativas infrutíferas de se realizar uma efetiva independência. Aqui se localizam 1824, a abdicação de 1831 e os primeiros momentos da Regência, 1848, a Abolição, a República. Todos abafados, porém, por cada solução de compromisso articulada entre as elites em detrimento daquela identidade nacional e popular subterrânea que parecia procurar emergir a cada brecha que se abria. Cabe recordar que Bomfim, republicano convicto e militante, foi quadro, por alguns anos, do novo regime, sendo eleito deputado federal e envolvido com projetos educacionais. Sua produção foi quase toda elaborada e publicada ao longo das décadas da Primeira República, e pode-se imaginar o quanto sua oligarquização deve ter contribuído para o desencanto do autor com as elites brasileiras. De compromisso em compromisso, Bomfim foi perdendo sua esperança em uma abordagem “evolutiva” e “ilustrada” do problema. Sua aposta durante décadas se concentrou na monumental estratégia pedagógica de universalização de uma educação pública e popular. No final da vida, constatou que as elites brasileiras nunca a fariam – e se assumiu “revolucionário”. Só a substituição daquelas elites por novos grupos sociais possibilitaria a realização de transformações profundas – inclusive do projeto não abandonado de educação popular⁷ (BOTELHO, 2009).

Bomfim apontava então a Revolução Mexicana como modelo para a revolução brasileira, pois considerava não haver condições no Brasil para uma revolução bolchevique como advogava a III Internacional (A Internacional Comunista) no final dos anos 1920. Aqui o autor parecia reaproximar a trajetória brasileira daquela das ex-colônias hispânicas, defendendo a história do continente como a fonte legítima para o entendimento de nossa realidade, e explicava nossa incapacidade de reconhecer isso por um pretense “descritério que é ibérico”⁸:

[...] se nos aproximamos dos aspectos concretos, só vemos um tipo de revolução que seria o próprio caminho para o Brasil – a que o México vem fazendo nos últimos doze ou quinze anos: afastamento definitivo, como que eliminação, dos dirigentes antigos dominadores, e reparações que, sendo parte da justiça reclamada, são, ao mesmo tempo, estímulo, soerguimento de ânimo nacional... E compreende-se que tal nos convenha: as condições históricas aproximam-nos tanto... [...] Tolhidos num descritério que é ibérico, abstraímos do meio a que pertencemos, nada aproveitamos da experiência que é a história deste continente, como incapazes de aprender o que é realmente lição para nós outros. (BOMFIM, 2014b, pp. 338-339).

⁷ E Bomfim observou: “Antes as revoluções sangrentas, em que os outros neo-ibéricos têm apurado o sentimento de nacionalidade, para a conquista da liberdade. Com toda a sua crueza, são revoluções depuradoras, ao passo que as nossas acabam em dissolução de caráter” (BOMFIM, 2013, p. 459).

⁸ Bomfim não explica as razões deste “descritério” – mas essa e diversas outras passagens de suas obras denunciam a adoção da Europa como parâmetro em detrimento de experiências mais próximas das nossas, aproximando sua crítica do que mais tarde viria a ser definido como “dependência” ou “colonialidade” “epistêmica”, ou como “colonialismo mental”.

Bomfim ainda viveu para afirmar que 1930 não foi um processo revolucionário em qualquer sentido que o termo pudesse adquirir, e sim mais uma solução de compromisso que não levaria a nenhuma mudança estrutural: não trazia substituição nem de “gentes”, nem de “programas”, nem de “processos”. Enfim, nosso autor entendia 1930 como uma substituição de oligarquias, e ademais se alarmava com o crescente intervencionismo militar, denunciado por ele como a ascensão de um “fascismo crioulo”⁹.

É este clamor em torno da necessidade de uma “segunda” ou de uma “verdadeira” independência o principal elemento que permite caracterizar Bomfim como fundador de uma tradição nacional-popular no Brasil. É o que discutirei ao final do artigo. Por ora, começo a ensaiar como localizar Bomfim em quadros comparativos mais amplos, e para isso é importante discutir o propalado caráter vanguardista que suas reflexões apresentariam.

BOMFIM ANTECIPADOR. MAS DO QUE EXATAMENTE?

Bomfim é muitas vezes apontado como um pensador “[...] admiravelmente independente, autóctone, local, brasileiro” (REIS, 2006, p. 186). Um antecipador, eventualmente alguém “à frente do seu tempo” entre a intelectualidade brasileira. Antecipador do que exatamente, dependerá das perguntas que fizermos ao nos debruçarmos sobre a sua produção. Como a literatura sobre o pensamento político e principalmente social brasileiro deu maior atenção ao tema da identidade nacional e à geração modernista (a geração das grandes “interpretações do Brasil”), se impõe na obra de Bomfim sua visão sobre as raças e a mestiçagem, incluída a famosa polêmica com Silvio Romero. É natural que Bomfim fosse entendido como “antecipador” de posicionamentos mais tarde assumidos pelos autores mais reconhecidos dos anos 1930 e 1940.

De fato, é notável sua defesa do indígena, do negro e do mestiço, especialmente em *A América Latina: males de origem* – num contexto intelectual dominado pelo “racialismo” e pelo “darwinismo social”. Se alguns autores entendiam o povo brasileiro como inviável dada sua constituição majoritariamente não-branca, e o entendimento da mestiçagem como elemento degenerativo, enquanto outros ainda viam nele alguma viabilidade por considerar a mestiçagem uma forma possível de “branqueamento”, Bomfim apresentava uma radical terceira opção: todos estavam errados, pois não havia qualquer comprovação científica da desigualdade biológica de raças ou do caráter degenerativo da mestiçagem (AGUIAR, 2000). Num certo sentido, Bomfim “antecipa” essas discussões no ambiente intelectual brasileiro, na medida em que suas posições se tornariam mais recorrentes e finalmente hegemônicas somente algumas décadas após *A América Latina: males de origem*. Efetivamente, Bomfim ia ainda mais longe em sua defesa do povo brasileiro (algo que não é destacado pela literatura), chegando a identificar nele elementos de “comunismo primitivo” e daquela bondade e solidariedade que seriam intrínsecas aos seres humanos, e a defender com base nesses argumentos a superioridade do mestiço

⁹ Houve e há extenso debate na historiografia sobre a chamada “Revolução de 1930”. Como um balanço do debate até aqui, poderíamos defender que o processo não constituiu uma revolução no sentido forte e popular da expressão, mas tampouco foi uma mera substituição de oligarquias como Bomfim afirmou imediatamente após o seu início – ou como autores como Raymundo Faoro afirmariam mais tarde – sempre “vinho novo metido em odres velhos”. 1930 foi um momento chave do longo processo da “revolução passiva” brasileira, para ficarmos nas reinterpretações gramscianas do desenvolvimento brasileiro formuladas por Carlos Nelson Coutinho ou por Luiz Werneck Vianna.

brasileiro em relação aos colonos europeus (“refugos” de sociedades já degeneradas pelo capitalismo)¹⁰.

Porém, considero que Bomfim poderia ser reconhecido como “antecipador”, ou melhor seria como “fundador”, de mais dois debates no país, que evidentemente estão articulados àquele “contradiscurso” (como bem o denomina Aguiar). Em primeiro lugar, Bomfim foi um dos introdutores da reflexão sobre a América Latina no Brasil, do próprio conceito de “América Latina”, e o primeiro a entender explicitamente o país como parte da região (BETHELL, 2009) – ainda que em suas obras da maturidade tenha relativizado este último argumento. Ainda o fez em chave positiva, algo mais incomum, assumindo um papel de defensor dos povos latino-americanos em relação às críticas que recebiam desde a intelectualidade dos países centrais. Aqui Bomfim assumiu claramente aquele tipo de posição que Eduardo Devés (2017) classificou como posição “originária” no debate da intelectualidade periférica, valorizando o “próprio”, o “particular”, o “orgânico” – em contraposição ao que Devés define como aquela intelectualidade periférica “cosmopolita” ou “cêntrica”. Em segundo lugar, entendo Bomfim como fundador no Brasil de uma argumentação que chamo aqui de nacional-popular (o que desenvolverei na seção seguinte).

Bomfim não pode ser entendido como um autor “à frente de seu tempo”, algo obviamente impossível, porém de uso corrente no senso comum. Ronaldo Conde Aguiar tem razão ao argumentar nesse sentido em sua clássica obra sobre o autor:

Manoel Bomfim elaborou *uma síntese intelectual particular e diferenciada – tendo como marco de referência os mesmos elementos históricos, sociais, culturais e políticos postos à disposição dos demais intelectuais da sua época*. Em suma, o pensamento e a obra de Manoel Bomfim (com todas as suas virtudes e contradições) se inscreveram perfeitamente no interior do campo intelectual do seu tempo, diferenciando-se, no entanto, como um *contradiscurso* (ou como um *discurso crítico*), do discurso ideológico dominante, ao qual, com singularidades, matizes e características próprias, a obra e o pensamento da maioria dos seus pares estavam atados. (AGUIAR, 2000, p. 34, grifos do autor).

Um importante diferencial de Bomfim foi ter lido e se dedicado a entender alguns dos autores e das discussões que seus contemporâneos brasileiros ignoravam. Em particular, leituras antropológicas contestadoras do racionalismo (anteriores à antropologia cultural de Frans Boas que tanto marcou Freyre), como Lewis Morgan, Theodor Waitz, e mesmo Friedrich Engels. Mas também de psicologia, de história, de educação. Mas é evidente que sua linguagem estava atravessada pelas noções de “progresso”¹¹, “evolucionismo”, e por analogias biológicas e ambientais¹².

Estava também comprometido com os problemas de seu tempo: em especial a pergunta sobre a viabilidade do Brasil. Mas o fazia numa chave fortemente contra-hegemônica, pelo menos em dois aspectos. Primeiro, ao argumentar que a identidade brasileira não estava por constituir-se, mas havia sido constituída já no primeiro

¹⁰ Há aqui um argumento rousseuniano, um romantismo de esquerda que procura em elementos remanescentes de um passado original (anterior mesmo à fundação do Estado) a justificação e possibilidade do socialismo. Michael Löwy e Robert Sayre (2015) definem bem esse romantismo de esquerda, entre outros trabalhos, em seu livro *Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade*. De todo modo, Bomfim concedia que, a partir daquela perspectiva imposta pela civilização ocidental, aqueles povos seriam sim “inferiores” e “incivilizados” – o que poderia ser revertido pela educação.

¹¹ Registre-se, porém, esta passagem de *O Brasil na história*: “Na realidade objetiva, não há progresso, pois que não poderia haver *melhor*, nem *pior* – há evoluções; mas, conscientes, no orientar e animar os nossos esforços, agimos como se houvesse, de fato, progresso, e conduzimos a ação para aquilo que, no subjetivo da espécie, consideramos como *melhor*” (BOMFIM, 2013, p. 42, grifos do autor).

¹² Analogias biológicas, não biologizantes – não se recorre a fatores explicativos dessa natureza.

século de colonização. Reprimida desde então, para aflorar definitivamente se fazia necessário derrotar o parasitismo social internamente (das classes dominantes sobre as dominadas) e externamente (das potências estrangeiras sobre as ex-colônias). Segundo, ao assumir a América Latina como objeto (mesmo em suas últimas obras quando a intenção explícita era entender o Brasil), fundando uma tradição “latino-americanista” no pensamento social e político brasileiro.

A reflexão de Bomfim pode ser definida sem maiores problemas como “anticolonial”. O argumento da degeneração da díade colonizador/colonizado – e a própria impossibilidade de entendê-los separadamente, mas de forma dialética – é central no autor, e ecoa contemporâneos seus como Anténor Firmin, W. E. B. Du Bois (os quais provavelmente desconhecia) e José Martí (que provavelmente conhecia), e autores posteriores, como Aimé Césaire, Frantz Fanon, Albert Memmi, Amílcar Cabral e Darcy Ribeiro.

Ademais, observe-se que Bomfim era um socialista nacionalista, autônomo em relação às posições da II Internacional (a Internacional Socialista) e não convertido ao comunismo no final da vida (crítico às posições da III Internacional, a Internacional Comunista). Aqui é bom insistir que, em todas as suas obras, o conceito de “parasitismo social” atua em dois registros: não somente da metrópole sobre a colônia, do colonizador sobre o colonizado, mas também das classes dominantes sobre as dominadas em todas as sociedades. Não sendo um marxista, Bomfim trabalha com os conceitos de “classe social” e “luta de classes”, e conecta a tese do “parasitismo social” aos referenciais marxistas que atravessam a sua produção, numa reapropriação criativa e muito particular do próprio Marx, de Engels, de Kautsky.

Porém, estes constituem apenas parte das ecléticas referências de Bomfim, constituídas também de autores democratas radicais, românticos, humanistas, anarquistas, nacionalistas – aos quais recorre para respaldar suas críticas ao positivismo e ao utilitarismo. Malgrado o ecletismo, e observando atentamente as referências e ideias que valoriza e aquelas que combate, pode-se notar em Bomfim a tendência a um democratismo de viés rousseauiano, “romântico de esquerda”¹³, calcado em noções organicistas e comunitárias de “povo” e de “nação” – que são provavelmente as duas noções centrais para compreendê-lo. Isso é particularmente evidente na sua “trilogia do Brasil”, que constituem suas obras-primas e definitivas.

Afirmar que Bomfim nutria concepções organicistas e comunitárias não implica defender que tais noções o levassem a uma visão explicitamente essencialista do povo e da nação brasileira – há historicidade e contingência em sua constituição, e ainda mais no bloqueio de seu desenvolvimento. Como observa André Botelho (2009, p. 123), me parece notável que nosso autor se pautava numa “[...] recusa da assimilação do social pelo biológico como categorias homólogas, exigindo a explicação dos fenômenos sociais em termos de contingência antes que de essência, ou em termos histórico-sociológicos e não biológicos”. É claro que há uma busca por uma identidade brasileira que possui algo de ontológica, inscrita na origem do povo brasileiro, na nacionalidade – ainda que isso tenha se dado por razões histórico-sociológicas. Porém, em várias passagens nosso autor afirma que essa “alma” brasileira só se definirá a partir de uma Segunda independência, se esta um dia

¹³ Richard Morse, em sua clássica e polêmica obra *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas* (1988), já apontava para a larga afinidade ibero-americana com um democratismo radical de viés rousseauiano, que se mesclava a traços anteriores medievais (como explosões desordenadas de revoltas populares).

ocorrer. É a partir de seu tratamento das ideias de nação e de povo (e da necessidade de sua libertação definitiva) que passo à discussão conclusiva deste artigo.

CONSTITUINDO UMA “LINHAGEM” NACIONAL-POPULAR?

Como conclusão, gostaria de destacar na obra de Bomfim alguns aspectos que permitem inseri-lo numa tradição nacional-popular¹⁴, de larga presença no pensamento periférico global e particularmente no latino-americano, destacando-o como seu fundador no pensamento social e político brasileiro. Entendamos aqui a tradição do “nacional-popular”, ou “nacionalismo popular”, nos termos propostos por André Kaysel (2018, p. 99-100): “[...] discursos ideológicos que, articulando interpelações discursivas – como são ‘povo’ e ‘nação’ –, aglutinam um campo político ‘popular’, antagônico ao bloco dominante, o qual seria formado, segundo o mesmo discurso, pelas ‘oligarquias’ e pelo ‘imperialismo’”.

Em Bomfim, assume centralidade a reflexão sobre a independência, a descolonização, mais precisamente seu entendimento de haver ocorrido uma continuidade da colonização e da dominação externa por outros meios. Dessa forma, seu “contradiscurso” é atravessado por três elementos que considero constitutivos do debate nacional-popular: as reflexões sobre o par 1) “nação” e 2) “povo” presente na própria ideia de um “nacionalismo popular”, e a estratégia revolucionária derivada dela que consiste na 3) libertação (ou “segunda” independência no caso de já haver ocorrido uma meramente “formal”) em relação à dominação externa da metrópole, do imperialismo, do centro, do Primeiro Mundo, do Norte, e à dominação interna de seus auxiliares locais. Vejamos cada um deles em Bomfim:

1) A reflexão sobre a nação, a defesa da (re)afirmação plena de uma identidade nacional, o elogio do nacionalismo: “A pátria é um sentimento e é um fato; pois que nos sentimos fazer parte de um meio social, temos uma pátria, fora de qualquer pensamento exclusivista, fora de qualquer preocupação agressiva” (BOMFIM, 2008, p. 2). Aqui o nacionalismo não é xenófobo ou agressivo, é natural e é uma defesa em relação às agressões externas, dos colonizadores, do imperialismo inglês, e (futuramente enquanto escrevia) do imperialismo norte-americano.

2) O uso do conceito de “povo”, a defesa do povo (um raro intelectual não demofóbico naquele momento) e de uma positividade intrínseca ao povo brasileiro. Vejamos sua defesa do mestiço, de sua “bondade intrínseca”, de seu “comunismo primitivo”:

Os homens civilizados pensam que é melhor: cada um trabalhe e possa comprar um cavalo, e incriminam-nos justamente por essa falta de ganância – qualquer coisa da sórdida avidez de outros povos... Fique a acusação por conta de quem a faz; mas convenham que, apesar de tudo, essa tendência à sociabilidade, esse altruísmo, é uma boa qualidade, um elemento favorável ao progresso moral. Deem-lhes interesses superiores, e dali nascerão sociedades estimáveis. Fortes e vigorosos como são, eles saberão aproveitar ultimamente as energias e resistências que possuem, e que os tornam efetivamente superiores aos colonos que se fazem recrutar nos refugos das civilizações corrompidas. (BOMFIM, 2008, p. 214).

¹⁴ Aqui evito explícita e enfaticamente o conceito de “populismo”. Opto por evitá-lo entendendo que seu uso recorrente não é o derivado de Ernesto Laclau (no qual reconheço haver alguma capacidade explicativa da realidade e algum interesse epistemológico para pensar a política), mas sim aquele uso que é corrente no senso comum, seu sentido acusatório: tudo aquilo que ao longo do tempo políticos, jornalistas e intelectuais anti-povo querem significar em chave negativa.

Vejamos também a defesa explícita do potencial revolucionário do povo brasileiro e de sua identidade nacional no trecho a seguir, extraído do Posfácio de 1931 (em tom de testamento) para *O Brasil nação*:

[...] há que preparar e elevar a massa do povo brasileiro, trazer para o nível cultural do momento os milhões de descendentes e representantes das raças a quem, até agora, só foi dado trabalhar e sofrer. É este o caos santo, donde surgirá o que, na sua hora, definirá explicitamente a alma brasileira. Através da salutar e indispensável renovação revolucionária, esse caos se distribuirá em gérmenes de novas formas, para a nova vida com que contamos. Dele, à medida que a organização se desenvolve, emergirá a trama social própria – uma nação a guardar o seu lugar no mundo, e que, por sua conta, delineará o destino que lhe cabe. (BOMFIM, 2014b, p. 357-358).

3) A libertação, no caso brasileiro a necessidade de uma “segunda independência”, para garantir o lugar do Brasil no mundo, definir definitivamente a “alma” do povo brasileiro, e entregar em suas mãos a realização do destino nacional – como afirmado na passagem supracitada. Aqui a aproximação com o imaginário da Revolução Mexicana é um sinal inequívoco:

[...] apurando se possíveis as formas e os processos mexicanos, teríamos o lineamento da revolução possível, indispensável e eficaz. Nem fascismo nem jargão da III Internacional, mas um programa que dimanava diretamente da situação histórica e geográfica: reparações justíssimas e inadiáveis; afirmação de ânimo nacional com a emersão bem explícita numa pátria para a massa popular a quem ela deve pertencer; preparo inteligente desta mesma população com a plena consciência dos fins diretos, quanto possível; terra para os que desejam trabalhá-la. (BOMFIM, 2014b, p. 339).

Sua crítica (então incomum) às correntes hegemônicas do pensamento europeu, e interesse por leituras latino-americanas, permitem encontrar em Bomfim um argumento nacionalista também no campo epistemológico, que muito mais tarde se constituiria na necessidade de uma “descolonização epistêmica ou mental”:

Da nossa vida política, eles só veem os sucessos extremos, as crises violentas, as lutas armadas; e os veem em grosso, sobre esse cenário indeciso e único – a América do Sul... Toda a análise que fazem dos sucessos e de suas causas consiste em contar e somar: “Num ano, houve tantas revoluções na América do Sul”, ou em fazer este cálculo rudimentar: “A Venezuela, em tantos anos, tem tido tantos governos e adotou tantas constituições...” Imagine-se que um sociólogo qualquer aplicasse este processo sumário... à França, por exemplo! No entanto, a isto se resumem as suas críticas; e, feito o cálculo, sentenciam desembaraçadamente: “Nunca será uma nação; um tal povo é incapaz de governar-se”. (BOMFIM, 2008, p. 6-7).

Uma importante questão é se haveria alguma obra ou autor anterior a Bomfim que poderia ser associado ao nacional-popular – ou talvez apenas elementos que antecipem essa tradição no Brasil. Numa rápida reflexão, antecedentes poderiam ser buscados talvez em Frei Caneca e demais tribunos pernambucanos, de 1817, 1824 e 1848. Possivelmente no caldo de cultura radical do Rio de Janeiro do final do XIX e princípio do XX, entre os republicanos “jacobinos”, alguns dos primeiros socialistas, como Alcindo Guanabara, em uma figura como Lima Barreto... que é o próprio *ethos* no qual Bomfim se formou, do qual ele emergiu¹⁵.

¹⁵ Anterior a isso, algo poderia ser encontrado na própria arqueologia de uma história nacional contra-hegemônica que nosso autor desenvolve em *O Brasil na história*, como no Frei Vicente do Salvador? Bomfim parecia interessado em encontrar uma contranarrativa na qual se basear, mas também com a qual se identificar, na qual se enquadrar. Evidentemente, o nacionalismo popular necessita reler, reinterpretar em perspectiva subalterna a história de sua nação. Não pode procurar realizar “tábula rasa”, começar do zero,

De todos os modos, haveria uma aparente ausência desta reflexão no Brasil do século XIX, ao contrário de outros espaços periféricos – pensemos no populismo russo, em Benito Juárez no México, em Manuel González Prada no Peru... Se aquela tradição efetivamente se desenvolveu tardiamente no Brasil, caberia procurar razões para essa ausência. Mas haveria também uma segunda possibilidade: que aquela tradição tenha se expressado em diversos momentos, mas tenha sido sistematicamente silenciada, inclusive por sucessivas gerações de estudiosos das ideias no Brasil. Sem dúvida, trata-se de um debate importante para o desenvolvimento do argumento que começo a apresentar nestas páginas, e que poderia se constituir em agenda de pesquisa sobre as origens, desenvolvimento e adversidades do nacional-popular no Brasil.

Esta tradição que teria sido inaugurada no Brasil por Bomfim pode ser entendida como uma “linhagem”, ou uma “família intelectual”, nos termos propostos por Gildo Marçal Brandão (2005)? No centro da agenda de Brandão (2005, p. 236) estava a intenção de “[...] investigar a existência dessas ‘famílias intelectuais’ no Brasil, reconhecer suas principais características formais e escavar sua genealogia”, definir aquelas “formas de pensamento” ou “estruturas mentais” cristalizadas ao longo do tempo como pressupostos analíticos: as duas que desde o século XIX dominaram o pensamento social e político brasileiro (o conservadorismo e o liberalismo ou, nos termos de Oliveira Vianna, o “idealismo orgânico” e o “idealismo constitucional”), e as que se constituíram como alternativas a elas.

Defendo neste artigo precisamente que uma dessas tendências alternativas é a que chamo aqui de “nacional-popular”. Parece haver pouquíssima sequência e acúmulo entre os autores que poderiam ser associados a estas reflexões. Um caso emblemático é o de Alberto Guerreiro Ramos, que, para embasar seus trabalhos, buscou autores como Sívio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna, nos quais identificou algum pensamento original – mas não Bomfim. Porém, o próprio Brandão (2005, p. 256) afirmava que, num quadro como o vivenciado no Brasil,

[...] em que linhas quebradas escondem ou se superpõem a continuidades subterrâneas, não será surpresa constatar que tais “linhas evolutivas”, “famílias intelectuais” ou “formas de pensar” não são naturais nem imediatas. De fato, as conexões e continuidades entre representantes de uma mesma tendência ou família intelectual não são dadas espontaneamente, não fazem parte da experiência existencial dos grupos intelectuais e políticos; nossas linhagens não são do tipo que podem ser assumidas orgulhosamente. [...] trata-se de algo que tem de ser reconstruído intelectualmente para poder ser apropriado experimentalmente. Nesse sentido, sua intelecção depende do momento histórico, isto é, do grau de consciência de que os atores adquiriram de sua própria herança, o que supõe, por outro lado, exploração empírica sistemática e trabalho teórico prévio, sem as quais tais formas não serão expostas à luz, incorporadas à experiência.

Evidentemente, há alguns limites na noção de linhagem – alguns reconhecidos pelo próprio Brandão, que de todo modo lamentavelmente não teve tempo para desenvolvê-la. A ideia de linhagens ou famílias intelectuais deve lidar com desconexões e desconhecimentos mútuos entre as diferentes gerações de intelectuais periféricos, de um modo geral mais atentos às últimas reflexões produzidas no centro do que à tradição da produção local – sem falar da produção das outras periferias globais. A ideia de “linhagem” deve lidar também com várias fases no pensamento de alguns autores, o que por vezes implica viradas radicais. De todo modo, considero que o conceito ajuda a organizar o campo e funciona melhor (como o próprio Brandão o entendia) para delimitar tradições, que vão se expressando através de autores que se deparam, em diferentes momentos, com questões e problemas semelhantes. Não se

se voltar exclusivamente para o futuro. Precisa projetar utopias, porém enraizadas num passado nacional, próprio.

trata de um encadeamento lógico de autores, de uma genealogia, nem de uma tipologia para classificar autores, mas de reconhecer que há certos padrões de ideias e de explicações. Brandão as delimitou como “idealismo orgânico”, “idealismo constitucional”, “pensamento radical de classe média” e “marxismo de matriz comunista”¹⁶, mas não precisamos necessariamente segui-las ou nos atermos a elas.

Parte dos autores que dialogaram com um imaginário nacional-popular se enquadraria na linhagem que Brandão sugeriu denominar (seguindo Antônio Cândido) “pensamento radical de classe média”. Nessa linhagem, o autor oferece centralidade a Sergio Buarque de Holanda e, entre muitos outros, inclui o próprio Bomfim. Considero que a linhagem nacional-popular teria pontos de contato com esta tradição, algumas sobreposições, mas não poderia ser reduzida a uma parte ou subfamília dela. Brandão destaca naquela tradição “radical de classe média” elementos como “socialismo democrático” e a opção por reformas, desconsiderando os conceitos de nação e de povo – que considero o centro da argumentação de Bomfim e da tradição que ele funda no Brasil. Christian Lynch e Jorge Chaloub (2021, cf. p. 315–316) desenvolvem uma excelente análise sobre a agenda de investigação de Brandão e ajudam a recordar que reflexões nacionais e populares como as analisadas neste artigo não se inserem nas duas tradições intelectuais de Brandão: a eurocomunista (comunista democrática) e a uspiana. Consequentemente, tais reflexões estavam fora de seu radar, de seus interesses e de suas preferências. “Nação” e “povo” não poderiam ter lugar em meio a tanto “cosmopolitismo” e “classismo”.

O que sugiro aqui então é a existência de uma linhagem “nacional-popular”, estruturada em torno da tese da necessidade de uma “verdadeira independência” ou “segunda independência” para a constituição definitiva da nacionalidade e do povo, aí incluída a necessidade de uma emancipação “mental ou epistêmica”. Se tivermos que mencionar nominalmente autores brasileiros que recorreram a ela, o que indiscutivelmente ajuda a situá-la concretamente, teríamos que começar por Bomfim e passar por Anísio Teixeira, Celso Furtado, Alberto Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento, Darcy Ribeiro (este sim um arqueólogo de antecessores de si mesmo), entre outros. Esse padrão argumentativo, que muitas vezes se conecta a reflexões mais ampliadas latino-americanistas e terceiro-mundistas, se conectaria regionalmente com autores ou fases da produção intelectual de figuras como Francisco Bilbao, Benito Juárez, José Martí, Eugenio de Hostos, José Ingenieros, Manuel Ugarte, José Vasconcelos, Víctor Raúl Haya de la Torre, Abelardo Ramos, John William Cooke, Leopoldo Zea, Arturo Ardao, entre outros.

A partir desta perspectiva histórica, abrem-se como agenda de investigação novas possibilidades para o estudo da obra de Manoel Bomfim. Esse autor pode ser alocado na inauguração de uma tradição de reflexões sobre o Brasil e seu lugar no mundo, exercício que poderia ajudar a localizar e a definir com mais precisão o que levanta tantos analistas a enxergarem nele alguma novidade ou antecipação. Adicionalmente, esse exercício de inseri-lo numa longa tradição se enriquecerá se pudermos agregar uma perspectiva comparada. Esta permitiria apontar semelhanças e diferenças de Bomfim em relação a autores associados em outros países da América Latina e da periferia global àquela mesma tradição nacional-popular na qual ele se insere.

¹⁶ Estas não devem ser entendidas como meras reproduções de ideologias, como conservadorismo, liberalismo, socialismo ou comunismo.

SOBRE O AUTOR

Fabricio Pereira da Silva: Professor do Departamento de Estudos Políticos e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). É professor do Mestrado em Estudos Latino-Americanos Contemporâneos da Universidade da República (UdelaR). Coordena a Red Intelectual Sur-Sur (RISUR), e é vice-diretor da *Wirapuru, Revista Latinoamericana de Estudios de las Ideas*.

REFERÊNCIAS

1. AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido*. Tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
2. ALVES FILHO, Aluizio. *Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim, um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamé; Socii, 1979.
3. BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. *Estudos Históricos*, v. 22, n. 44, p. 289-321, 2009. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862009000200001>
4. BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2014a. Originalmente publicado em 1929.
5. BOMFIM, Manoel. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2014b. Originalmente publicado em 1931.
6. BOMFIM, Manoel. *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2013. Originalmente publicado em 1930.
7. BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Originalmente publicado em 1905.
8. BOTELHO, André. Manoel Bomfim: um percurso da cidadania no Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (Orgs.). *Um enigma chamado Brasil*. 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 118-131.
9. BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (Orgs.). *Um enigma chamado Brasil*. 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
10. BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. *Dados*, v. 48, n. 2, p. 231-269, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/DPMQDggPd76RKFzCHgTM64S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2024.
11. DEVÉS, Eduardo. *Pensamiento Periférico: Asia-África- América Latina-Eurasia y algo más*. Una Tesis Interpretativa Global. Buenos Aires: CLACSO, IDEA-USACH, 2017.
12. HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Originalmente publicado em 1936.
13. KAYSEL, André. *Entre a nação e a revolução: marxismo e nacionalismo no Peru e no Brasil (1928-1964)*. São Paulo: Alameda, 2018.
14. LIPPI, Lucia. Manuel Bonfim: autor esquecido ou fora do tempo? *Sociologia & Antropologia*, v. 5, n. 3, p. 771-797, 2015. doi: <https://doi.org/10.1590/2238-38752015v536>
15. LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade*. São Paulo: Unesp, 2015.
16. LYNCH, Christian; CHALOUB, Jorge. Um projeto de pesquisa “à esquerda”: Gildo Marçal Brandão e a interpretação marxista do pensamento político brasileiro. *Lua Nova*, n. 113, p. 281-324, 2021. doi: <https://doi.org/10.1590/0102-281324/113>
17. MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
18. MUDIMBE, Valentin-Yves. *The invention of Africa. Gnosis, philosophy, and the order of knowledge*. Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press, 1988.
19. REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
20. RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.
21. SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
22. SANTIAGO, Silviano (Org.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.
23. SÜSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manuel Bonfim*. São Paulo: Moderna, 1984.

Submissão em 13 de novembro de 2023.

Aceito em 04 de julho de 2024.

